



O Conselho Nacional de Justiça - CNJ - divulgou o resultado da inspeção feita em agosto deste ano, no Tribunal de Justiça do Piauí - TJ-PI. O relatório publicado em 37 páginas culmina com pedidos de revisões em contratos, explicações a respeito da demora do julgamento de processos contra magistrados e ainda uma correção extraordinária a ser realizada na Comarca de Floriano-PI.

Disponível no site do CNJ, a portaria datada de 4 de outubro é assinada pelo novo Corregedor-Geral de Justiça, ministro Francisco Falcão. Ele pede que a Presidência do TJ-PI envie nos prazos apresentados informações sobre as medidas tomadas para resolver os problemas detectados ou explicar determinadas situações.

[Veja o relatório completo da inspeção no TJ-PI](#)

Entre as questões administrativas, o corregedor pede explicações sobre a ausência de contrato para serviço de telefonia, determinando realização imediata de licitação. Também pede esclarecimentos sobre outros contratos específicos e reclama da ausência de orçamento detalhado, bem como da publicação de suas demonstrações contábeis.

Imagem: Glaucio Dettmar/Agência CNJ

CNJ quer correção em Floriano e rapidez do Tribunal de Justiça do Piauí ao julgar juízes

Escrito por Saraiva

Dom, 14 de Outubro de 2012 19:05 - Última atualização Dom, 14 de Outubro de 2012 19:17





Conselho Nacional de Justiça

Corregedoria Nacional de Justiça

2. Despacho do Desembargador Corregedor: 23 de abril de 2012.
3. Decisão determinando a notificação do magistrado e inspeção extraordinária na unidade judiciária: 26 de abril de 2012 (fl. 129).
4. Informações do magistrado: 11 de maio de 2012 (fl. 136).

FASE ATUAL: aguarda despacho de prosseguimento.

DETERMINAÇÃO:

Instaurar procedimento para acompanhamento pela Corregedoria Nacional de Justiça, apensando aos autos de inspeção.

- PROCESSO 2009.0001.000635-2

OBJETO: Irregularidades funcionais.

HISTÓRICO:

1. Protocolo da representação (MP): 30/06/2003.
2. Conclusão ao Relator: 26/11/2003.
3. Despacho do Relator solicitando redistribuição do processo: 17/12/2004.
4. Conclusão ao novo Relator: 28/02/2005.
5. Relator pede dia para julgamento: 14/03/2005.
6. Conclusão ao revisor: 15/03/2005 (fl. 58).
7. Sem carimbo de juntada ou de conclusão, e acostado ANTES da conclusão suso-mencionada, despacho da Presidência determinando aplicação do estabelecido na Resolução 30 do CNJ: 10/05/2007 (fl. 57).
8. Conclusão à Corregedoria: 16/05/2007.
9. Decisão da Corregedoria propondo abertura de PAD: 26/06/2007 (fl.62).
10. Despacho da assessoria da Presidência encaminhando os autos à Secretaria do Tribunal: 16/01/2008 (fl. 65).
11. Sem conclusão, despacho da Presidência determinando intimação do 28/01/2008.
12. Certidão de instauração de PAD, COM afastamento: 17/01/2009 (fl. 87).
13. Conclusão ao Relator: 20/02/2009, com despacho no mesmo dia.
14. Certidão de julgamento pelo Tribunal Pleno: 22/03/2010, determinando arquivamento do PAD.

CNJ quer correição em Floriano e rapidez do Tribunal de Justiça do Piauí ao julgar juízes

Escrito por Saraiva

Dom, 14 de Outubro de 2012 19:05 - Última atualização Dom, 14 de Outubro de 2012 19:17

~~Florianópolis, 14 de outubro de 2012. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) quer a criação de uma corregedoria estadual no Tribunal de Justiça do Piauí (TJPI) para acompanhar o trabalho dos juizes e juizas. O CNJ também quer que o TJPI seja mais rápido ao julgar os processos de impetição de habeas corpus e habeas data. O CNJ também quer que o TJPI seja mais rápido ao julgar os processos de impetição de habeas corpus e habeas data.~~